



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ATO CONVOCATÓRIO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº911/2024
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE MARAGOJIBE/BAHIA, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Ato Convocatório e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA E HORA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	DIA 08/11/2024 ÀS 15:00 HORAS
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	HORÁRIO DE BRASILIA - DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	licita.pmm@hotmail.com

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Ato Convocatório para Dispensa de Licitação, **AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA COM O OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, conforme condições constantes no anexo V - Termo de Referência deste Ato Convocatório.

1.2 Compõem este Ato Convocatório, além condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 ANEXO I – Modelo Proposta de Preços;

1.2.2 ANEXO II – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF;

1.2.3 ANEXO III – Declaração de reserva de cargos PcD, consoante art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021;

1.2.4 ANEXO IV – Declaração impedimentos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

1.2.5. ANEXO V – Minuta de Contrato

1.2.5 ANEXO VI – Termo de Referência

2. ESPECIFICAÇÕES E VALOR ESTIMADO

2.1. O valor global estimado para a presente contratação está previsto no Termo de Referência anexo VI deste Ato Convocatório, resultante de pesquisa de mercado efetuada pela Administração, que será considerado valor máximo admissível para a contratação.

2.2. Com base na pesquisa supracitada, deverá observar os preços unitários máximos dos itens que compõem a contratação, conforme indicados no item 8 do Termo de Referência, anexo VI deste Ato Convocatório.

3. PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

3.1. O presente Ato Convocatório ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: fazendo referência a DISPENSA Nº 033/2024.

3.2 Limite para apresentação da Proposta de Preços: 08/11/2024 às 15:00h.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste Ato Convocatório e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.

4.2. Não poderão participar desta Ato Convocatório para Dispensa de Licitação os interessados:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- 4.2.1. que não atendam às condições deste Ato de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.2.4. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 4.2.5. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 4.2.6. sociedades cooperativas.
- 4.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta Dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1. A proposta de preços deverá ser apresentada na forma do Anexo I deste Ato Convocatório, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Ato Convocatório, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:
- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;
 - b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
 - c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- 5.2. A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.
- 5.3. Para a correta elaboração da proposta de preços, deverá a INTERESSADO examinar todos os documentos exigidos neste Ato Convocatório, bem como em TERMO DE REFERÊNCIA e atender a todas as condições neles contidas.
- 5.4. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Ato Convocatório será desconsiderada julgando-se pela desclassificação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

5.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Ato Convocatório.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

6.2. Poderá esta Secretaria de Desenvolvimento Social revogar o presente Ato Convocatório, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.3. Esta Secretaria de Desenvolvimento Social poderá anular o presente Ato Convocatório, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.4. A anulação do procedimento oriundo deste Ato Convocatório, não gera direito a indenização.

6.5. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência dela, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela de Desenvolvimento Social

6.6. Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por este Ato Convocatório, quer direta ou indiretamente.

6.7. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretroatável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Ato Convocatório e Termo de Referência.

6.8. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

6.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Ato Convocatório, inclui-se o dia do início e do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na de Secretaria de Desenvolvimento Social, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Maragogipe, 05 de novembro de 2024.

ROZAMEIRE SANTANA DE JESUS
Secretária de Desenvolvimento Social



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

M O D E L O
ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE			
RAZÃO SOCIAL			
CNPJ		ENDEREÇO	
TELEFONE		E-MAIL	
NOME/CONTATO REPRESENTANTE LEGAL:			

OBJETO: contratação de serviços de
--

Nº. ORD.	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01			
VALOR DO LOTE R\$					

Validade da proposta dias, (no mínimo 60(sessenta) dias, contados da data da apresentação da proposta).

Proponho-me a fornecer os serviços constantes do anexo I, obedecendo ao Ato Convocatório desta Dispensa de Licitação.

_____, _____ de _____ de 2024.

(Assinatura do representante legal da Proponente)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

....., de de 2024.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PCD

A empresa, declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

....., de de 2024

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO ESTÁ INCURSO EM IMPEDIMENTOS

A empresa, declara para os devidos fins licitatórios que não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

..... de de 2024

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO
MUNICÍPIO DE MARAGOJIBE

Processo Administrativo nº(.....)

Dispensa de Licitação nº(.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE
MARAGOJIBE E
.....

O MUNICÍPIO DE MARAGOJIBE, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01					

1.3. Vinculam a esta contratação objeto deste Contrato, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.3. Eventuais anexos e outros documentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de (.....) meses contados da assinatura deste Termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução deste contrato, com informações de que os serviços tenham sido realizados regularmente;

b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Secretaria de Desenvolvimento Social mantém interesse na realização dos serviços;

c) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

d) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima será pago de forma parcelada, de acordo com os serviços efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E REPACTUAÇÃO (art. 92, V e 124)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Será devido o equilíbrio econômico-financeiro, quando verificadas situações e condições do art. 124, inciso II alínea “d” da lei 14.133/21.

7.10. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.11. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este Contrato;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele refeito, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Assessoria Jurídica deste Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.
- 8.11. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta.
- 8.13. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 8.14. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato.
- 8.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.
- 8.16. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto deste Contrato;
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando-se de equipamentos e de tecnologia que deverão atender às recomendações da boa técnica e a legislação de regência;
- 9.4. Refazer às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal de Contrato, os serviços executados nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de forma inadequada;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Ato Convocatório, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Manter durante a vigência deste Contrato, os documentos referentes a habilitação fiscal e trabalhista a seguir:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos a execução dos serviços.

9.9 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.11. No que couber, cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.12. Comprovar se solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.16. Cumprir com toda e qualquer legislação afeta ao objeto de forma direta ou indireta, seja norma legal ou regulamentar.

9.17. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste Contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado no que couber, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado no que couber, deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. No que couber o Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial deste Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à Administração ou aos serviços públicos para o qual foi contratado ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total deste Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Multa:

l) Moratória de 1% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção deste Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

13.1. Este Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. Este Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que este Contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário deste Contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade deste Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. Este Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir este Contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção deste Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ.: Ativ. 2.053 – Manutenção das Ações de Bloco Proteção Social Básica – PSB (PAIF, CRAS/PBV/SCFV)

ELEMENTO: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 1660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração deste Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Maragogipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº 911/24

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Constitui objeto deste Termo a elaboração de diretrizes para compor Processo Administrativo cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA COM O OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MARAGOJIPE/BA**, conforme as Quantidades e Especificações a seguir:

Nº. ORD.	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Notebook Tela: Superior A 14 POL , Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Memória Ram: Superior A 8 GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: 310 A 500 , Bateria: Mínimo De 6 Celulas , Alimentação: Bivolt Automática , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: Superior A 36 MESE Notebook, novo, com as seguintes especificações mínimas: - Processador Intel core i5 10ª geração ou superior, hexa-core de 1,6GHz (4.2GHz turbo), cache de 6Mb, - Placa de vídeo Intel UHD integrada - Tela 15.6" Full HD (1920x1080) WVA Antirreflexo; - Armazenamento: 256GB SSD; interface PCIe NVMe M.2 - Memória RAM 8GB DDR4 2666MHz; - Conexões: 1x USB 2.0, 1x USB 3.2 Gen 1, 1x USB-C 3.2 Gen 1, 1x HDMI 1.4b; - Alto-falantes (2x 1.5W) - Web Cam HD (720p); - Wi-Fi 802.11 b/g/n; - Bluetooth 5.0; - Bateria de 48Wh; - Teclado padrão ABNT; - Fonte carregadora bivolt; - Sistema operacional Windows 11 64 bits licenciado e instalado;	619126	UNID.	1	R\$ 4.030,00	R\$ 4.030,00
2	Monitor Computador Tamanho Tela: 23 A 30 POL , Tipo De Tela: Lcd , Formato Tela: Ultrawide , Qualidade De Imagem: Full Hd , Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Ajuste: Com Regulagem De Altura , Alimentação: Bivolt , Garantia On Site: Superior A 36 MESE Monitor tela 100% plana de led com dimensões de 21,5 polegadas; resolução de 1920 x 1080 a uma frequência horizontal de 60hz; conectores de entrada nativos: 01 (uma) entrada com conector 15 pinos d-sub (vga), um conector displayport (dp), um conector vga e um conector hdmi, duas interfaces usb 3.0, de fácil acesso; controles digitais externos e frontais de brilho, contraste, posição horizontal e vertical, tamanho horizontal e vertical; tempo de resposta de 8ms ou menor. Contraste 1000:1	619128		2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00
3	Teclado Microcomputador Tipo: Ampliado , Tipo Conector: Usb , Conectividade: Com Fio Teclado para microcomputador pc, na cor preta, layout padrão abnt-2 (português do brasil com ç); estendido, conector usb. Compatível com windows 7 ou superior; deve possuir teclado numérico; - conector usb; plug and play; - construído em termoplástico de cor única - mínimo de 107 teclas em ângulo reto, com gravação permanente (a laser ou transferência a quente) das letras e símbolos.; - teclas backspace e enter de tamanho duplo; - bloco numérico separado das demais; - teclas altgr, power off, sleep, insert	460248	UNID.	5	R\$ 43,50	R\$ 217,50



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	e delete. - regulagem de inclinação.; - indicativo luminoso no teclado do status das funcionalidades num lock e caps lock - garantia de 1 ano. Atender a (s) norma (s) abnt vigente (s).					
4	Mouse Computador Tamanho: Padrão , Sensor: Led , Tipo Conector: Usb , Conectividade: Com Fio Mouse com fio: Nenhuma trackball. Nenhuma luz decorativa para causar distrações: somente a necessária para a detecção dos movimentos, sob o mouse. Propriedades mínimas: Garantia do fabricante: 3 anos; Cabo de dados: conector usb-a macho 2.0 com 1,8 m de comprimento; Sensor: óptico/laser/led; Resolução: 1.000 dpi; Botões: 3, sendo eles esquerda, direita, e centro. O central deve ser scroll ("rodinha"). Nenhuma trackball. Não mais de 5 botões em nenhuma hipótese; Dimensões: altura 11,296 cm; largura 6,17 cm; profundidade 38 cm; Peso: 85g.	451822	UNID.	10	R\$ 13,75	R\$ 137,50
5	Equipamento Wireless Padrão: 802.11 A/G (Wi-Fi) , Taxa Transmissão: 16 DBM, Frequência: 47 - 63 HZ, Tensão Alimentação: 16 DBM, Aplicação: Conexão Sem Fio De Equipamentos Em Rede , Compatibilidade: Modulação Dsss/Ofdm , Características Adicionais: Ponto Acesso/Suporte Vowlan/Dhcp/Equipamento Auten , Quantidade Portas: Mínimo 250 Simultâneas , Tipo Portas: Serial Via Cli , Suporte Vlan: 64 M Roteador wi-fi gigabit dual band Características físicas: portas: 4 portas lan 10/100/1000mbps, 1 porta wan 10/100/1000mbps. Botões: botão de reset. Antena: mínimo 4 antenas externas. Características wireless: padrões: 802.11ac (wi-fi 5), 802.11n, 802.11g, 802.11a,802.11b. Frequência: 2.4ghz e 5ghz. Taxa de sinal: 5 ghz até 867 mbps e 2,4 ghz até 300 mbps (largura de banda total 1200 mbps). Segurança wireless: criptografia wpapsk / wpa2-psk Recursos: rede de convidados (2,4 ghz e 5 ghz). Suporte a ipv4,ip dinâmico/ip estático/pppoe. Firewall: qos (quality of service). Modos de operação: roteador.	355896	UNID.	1	R\$ 292,68	R\$ 292,68
6	Switch Quantidade Portas: 24 UN , Tipo Portas: Gigabit Ethernet , Velocidade Porta: 1000 Mbps , Alimentação: 110/220 V, Características Adicionais: Com Portas Poe+ E 50 Cm De Cabo De Empilhamento , Tipo: Padrão Rack 19" Switch 24 portas gigabit Switch 24 portas — deve possuir 24 portas rj45 auto-sensíveis 10/100/1000 mbps com auto negociação (auto mdi / mdix), capacidade de comutação de 48gbps; fonte de alimentação externa: 100-240v ca, 50/60hz; tabela de mac address: 16k; taxa de encaminhamento de pacotes: 35.7mpps; quadro jumbo: 9kb	618778	UNID.	2	R\$ 817,00	R\$ 1.634,00
7	Switch Quantidade Portas: 9 UN, Tipo Portas: Hdmi , Velocidade Porta: 10 Gbps , Alimentação: Bivolt V, Frequência: 50/60 HZ, Características Adicionais: Mixagem De Áudio Estéreo Com 5 Canais , Aplicação: Vídeo , Resolução: 1920 X 1080 DP - switch 08 portas gigabit Switch 08 portas — deve possuir 08 portas rj45 auto-sensíveis 10/100/1000 mbps com auto negociação (auto mdi / mdix), capacidade de comutação de 48gbps; fonte de alimentação externa: 100-240v ca, 50/60hz; tabela de mac address: 16k; taxa de encaminhamento de pacotes: 35.7mpps; quadro jumbo: 9kb	483821	UNID.	3	R\$ 185,90	R\$ 557,70
8	Impressora Laser Tensão Alimentação: 220 V, Resolução Impressão: 1200 X 600 DPI, Velocidade Impressão Preto E Branco: 25 PPM, Tipo Papel: A4/Ofício , Conexão: Usb 2.0 E Ethernet 10/100 , Capacidade Mínima Bandeja: 250 FL, Tipo Impressora: Monocromática, Impressão Frente/Verso Automática , Características Adicionais 1: Ciclo De Trabalho 25.000 Páginas IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA. CONECTIVIDADE USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE, REDE GIGABIT ETHERNET 10/100/1000BASE-T E RÁDIO WI-FI 802.11B/G/N/2,4/5 GH. VELOCIDADE DO PROCESSADOR:	615906	UNID.	2	R\$ 2.079,00	R\$ 4.158,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	1200 MHZ.TELA LCD RETROILUMINADA. SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATÍVEIS WINDOWS 10, WIN8.1 PRO, WIN8 PRO, WIN7 ULTIMATE. CICLO DE TRABALHO MENSAL: ATÉ 80.000 PÁGINAS.					
9	Fonte Alimentação Ininterrupta Tipo: No-Break , Tensão Entrada: Bivolt 220/115 V, Tensão Saída: 115/230 V, Frequência: 60hz +/-0,5 HZ, Dimensões: 230 X 175 X 430 CM, Bateria: 02 Baterias De 12v/9ah Vrla , Tensão Bateria: 24 V, Componentes: Chave Comutadora , Características Adicionais 1: : 8 Tomadas 10a - Nbr 14136 NOBREAK 600VA , MICROPROCESSADO, TECNOLOGIA LINE INTERACTIVE, POTÊNCIA MÍNIMA SUPORTADA DE 300WATTS, COM 4 TOMADAS NBR 14136, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT (115V/220V), TENSÃO DE SAÍDA 115V, PROTEÇÃO DE CARGA PARA QUEDA DE REDE, RUÍDO DE REDE ELÉTRICA, SOBRETENSÃO, SUBTENSÃO E SURTOS DE REDE ELÉTRICA E CORREÇÃO DE VARIAÇÃO DE REDE ELÉTRICA POR DEGRAU. PROTEÇÃO CONTRA SOBREAQUECIMENTO NO TRANSFORMADOR, POTÊNCIA EXCEDIDA E CURTO-CIRCUITO NO INVERSOR.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: NOBREAK, MICROPROCESSADO, TECNOLOGIA LINE INTERACTIVE, POTÊNCIA MÍNIMA SUPORTADA DE 300WATTS, COM 4 TOMADAS NBR 14136, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT (115V/220V), TENSÃO DE SAÍDA 115V, PROTEÇÃO DE CARGA PARA QUEDA DE REDE, RUÍDO DE REDE ELÉTRICA, SOBRETENSÃO, SUBTENSÃO E SURTOS DE REDE ELÉTRICA E CORREÇÃO	615876	UNID.	5	R\$ 2.285,00	R\$ 9.140,00
10	Microcomputador Memória Ram: 64 GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: Superior A 500 , Monitor: 21 A 29 POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: 36 MESES, Gabinete: Compacto, COMPUTADOR (CPU: 04 NÚCLEOS, 08 THREADS; MEMÓRIA: 08GB; ARMAZENAMENTO: 240GB [SSD] + 01TB [HDD], GRAFICO: 02GB [GDDR5], SISTEMA OPERACIONAL: MICROSOFT WINDOWS 10 PRO), COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: 1.1. TIPO DE PRODUTO: COMPUTADOR PRONTO PARA FUNCIONAMENTO. (MONITOR NÃO INCLUSO). 1.2. SISTEMA OPERACIONAL: MICROSOFT WINDOWS 10 PRO (64-BIT), DEVIDAMENTE LICENCIADO NA FORMA PERPÉTUA E NO IDIOMA PORTUGUÊS. 2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO PROCESSADOR 2.1. CONJUNTO DE INSTRUÇÕES: 64-BIT. 2.2. UNIDADES DE PROCESSAMENTO CENTRAL INDEPENDENTES: 04 NÚCLEOS FÍSICOS. 2.3. LINHAS DE EXECUÇÃO: 08 THREADS. 2.4. MEMÓRIA DE CACHE COMPARTILHADA: 06 MB. 2.5. A MEMÓRIA DE CACHE COMPARTILHADA REFERESE EXCLUSIVAMENTE AO CACHE DESTINADO PARA ATENDIMENTO A TODOS OS NÚCLEOS DA CPU. 2.6. A MEMÓRIA DE CACHE COMPARTILHADA SERÁ DESCONSIDERADA CASO SEJA OFERTADO PROCESSADOR COM NÚCLEOS FÍSICOS OU THREADS EM QUANTIDADE SUPERIOR A DA EXIGÊNCIA. 2.7. FREQUÊNCIA DE MEMÓRIA RAM SUPORTADA: 2666MHZ. 2.8. FREQUÊNCIA BASEADA EM PROCESSADOR: 3,60 GHZ NOMINAL. 2.9. A FREQUÊNCIA BASEADA EM PROCESSADOR CONSIDERA SOMENTE A FREQUÊNCIA OPERACIONAL NOMINAL, OU SEJA, DESCONSIDERA O CLOCK AUMENTADO RELACIONADO ÀS ACELERAÇÕES DE DESEMPENHO POSSÍVEIS EM PICOS DE CARGA. 2.10. A FREQUÊNCIA BASEADA EM PROCESSADOR SERÁ DESCONSIDERADA CASO SEJA OFERTADO PROCESSADOR COM NÚCLEOS FÍSICOS EM QUANTIDADE SUPERIOR A DA EXIGÊNCIA. 3. ESPECIFICAÇÕES DA PLACA MÃE 3.1. POSSUIR	618582	UNID.	4	R\$ 2.285,00	R\$ 9.140,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	ARQUITETURA DE MEMÓRIA DUAL CHANNEL. 3.2. POSSUIR 02 SOCKETS DIMM. 3.3. POSSUIR CONECTOR M.2 COM SUPORTE A MODO PCI-E 3.0. 3.4. POSSUIR CONECTORES DE ÁUDIO.					
11	<p>Microcomputador Memória Ram: 64 GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8 , Armazenamento Hdd: 2 TB., Armazenamento Ssd: 310 A 500 , Monitor: 21 A 29 POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: Superior A 36 MESES, Gabinete: Torre , Outros Recursos: COMPUTADOR (CPU: 06 NÚCLEOS, 12 THREADS; MEMÓRIA: 16GB; ARMAZENAMENTO: 512GB [SSDNVME] + 01TB [HDD]; GRÁFICO: 02GB [GDDR5], SISTEMA OPERACIONAL: MICROSOFT WINDOWS 10 PRO, SUÍTE OFFICE: MICROSOFT OFFICE HOME AND BUSINESS 2019), COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: 1.1. TIPO DE PRODUTO: COMPUTADOR PRONTO PARA FUNCIONAMENTO (MONITOR NÃO INCLUSO). 1.2. SISTEMA OPERACIONAL: MICROSOFT WINDOWS 10 PRO (64-BIT), DEVIDAMENTE LICENCIADO NA FORMA PERPÉTUA E NO IDIOMA PORTUGUÊS. 1.3. SUÍTE OFFICE: MICROSOFT OFFICE HOME AND BUSINESS 2019 (64-BIT), DEVIDAMENTE LICENCIADO NA FORMA PERPÉTUA E NO IDIOMA PORTUGUÊS. 2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO PROCESSADOR 2.1. CONJUNTO DE INSTRUÇÕES: 64-BIT. 2.2. UNIDADES DE PROCESSAMENTO CENTRAL INDEPENDENTES: 06 NÚCLEOS FÍSICOS. 2.3. LINHAS DE EXECUÇÃO: 12 THREADS. 2.4. MEMÓRIA DE CACHE COMPARTILHADA: 12 MB. 2.5. A MEMÓRIA DE CACHE COMPARTILHADA REFERE SE EXCLUSIVAMENTE AO CACHE DESTINADO PARA ATENDIMENTO A TODOS OS NÚCLEOS DA CPU. 2.6. A MEMÓRIA DE CACHE COMPARTILHADA SERÁ DESCONSIDERADA CASO SEJA OFERTADO PROCESSADOR COM NÚCLEOS FÍSICOS OU THREADS EM QUANTIDADE SUPERIOR A DA EXIGÊNCIA. 2.7. FREQUÊNCIA DE MEMÓRIA RAM SUPORTADA: 2666MHZ. 2.8. FREQUÊNCIA BASEADA EM PROCESSADOR: 2,90 GHZ NOMINAL. 2.9. A FREQUÊNCIA BASEADA EM PROCESSADOR CONSIDERA SOMENTE A FREQUÊNCIA OPERACIONAL NOMINAL, OU SEJA, DESCONSIDERA O CLOCK AUMENTADO RELACIONADO ÀS ACELERAÇÕES DE DESEMPENHO POSSÍVEIS EM PICOS DE CARGA. 2.10. A FREQUÊNCIA BASEADA EM PROCESSADOR SERÁ DESCONSIDERADA CASO SEJA OFERTADO PROCESSADOR COM NÚCLEOS FÍSICOS EM QUANTIDADE SUPERIOR A DA EXIGÊNCIA. 3. ESPECIFICAÇÕES DA PLACA MÃE 3.1. POSSUIR ARQUITETURA DE MEMÓRIA DUAL CHANNEL. 3.2. POSSUIR 04 SOCKETS DIMM. 3.3. POSSUIR SUPORTE A RAID PARA ARMAZENAMENTO. 3.4. POSSUIR CONECTOR M.2 COM SUPORTE A MODO PCI-E 3.0. 3.5. POSSUIR CONECTORES DE ÁUDIO. 3.6. POSSUIR 04 CONECTORES SATA 6GB/S. 3.7. POSSUIR NO PAINEL TRASEIRO 04 PORTAS USB 3.2 GEN1 (OU USB 3.1 GEN1 OU USB 3.0). 3.8. POSSUIR 01 PORTA GIGABIT ETHERNET. 3.9. POSSUIR 01 SLOT PCI-E X16 3.0 (RODANDO EM X16). 3.10. POSSUIR 01 SLOT PCI-E X16 3.0 (RODANDO EM X4). 3.11. POSSUIR 04 SLOTS PCI-E X1 3.0. 3.12. FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO EQUIVALENTE OU SUPERIOR À FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO EXIGIDA PARA A MEMÓRIA RAM. 4. ESPECIFICAÇÕES DA MEMÓRIA RAM 4.1. FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO EQUIVALENTE OU SUPERIOR À CAPACIDADE MÁXIMA SUPORTADA PELA CPU OFERTADA. 4.2. CAPACIDADE: 16GB (02 X 08GB). 5. ESPECIFICAÇÕES DA PLACA GRÁFICA DEDICADA 5.1. PADRÃO DE COMUNICAÇÃO: PCI-E 3.0. 5.2. MEMÓRIA: 02 GB GDDR5. 5.3. INTERFACE DE MEMÓRIA: 128-BIT. 5.4. DISSIPACÃO DE CALOR REALIZADA POR MEIO DE COOLER PRÓPRIO. 5.5. PORTAS DE VÍDEO UTILIZÁVEIS: NO MÍNIMO HDMI + OUTRA PORTA DE VÍDEO. 6.</p>	618579	UNID.	2	R\$ 2.780,00	R\$ 5.560,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	ESPECIFICAÇÕES DO ARMAZENAMENTO M.2 NVME 6.1. TIPO: ARMAZENAMENTO DE ESTADO SÓLIDO NA ESPECIFICAÇÃO NVME. 6.2. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 512GB (01 X 512GB). 6.3.FATOR DE FORMA: M.2. 6.4. INTERFACE DE COMUNICAÇÃO: PCI-E 3.0. 7. ESPECIFICAÇÕES DO ARMAZENAMENTO HDD 7.1. TIPO: DISCO RÍGIDO. 7.2. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 01TB (01 X 01TB). 7.3. FATOR DE FORMA: 3.5". 7.4. INTERFACE DE COMUNICAÇÃO: SATA DE 6GB/S. 7.5. CACHE: 64 MB. 7.6. VELOCIDADE ROTACIONAL: 7200 RPM. 7.7. NÃO SERÃO ACEITOS DISCOS PROJETADOS PARA CIRCUITOS DE VIDEOMONITORAMENTO. 8. ESPECIFICAÇÕES DA FONTE DE ALIMENTAÇÃO 8.1. TIPO: FONTE ATX. 8.2. POTÊNCIA: 450 WATTS. 8.3. BIVOLT AUTOMÁTICO. 8.4. POSSUI SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 80 PLUS BRONZE. 8.5. POSSUI CHAVE LIGA/DESLIGA. 8.6. CONECTORES SATA: QUANTIDADE EQUIVALENTE ÀS PORTAS DA PLACA MÃE. 8.7. POSSUI CABOS EXIGIDOS PELA PLACA MÃE. 8.8. POSSUI CABOS EXIGIDOS PELA PLACA DE VÍDEO. 9. ESPECIFICAÇÕES DO GABINETE 9.1. FORMATO: GABINETE ATX VERTICAL. 9.2. COR: PRETO. 9.3. POSSUIR NOMÍNIMO 04 SLOTS DE EXPANSÃO NA PARTE TRASEIRA. 9.4. SUPORTAR PLACAS COM ESPELHO DE PERFIL ALTO. 9.5. POSSUIR CONEXÕES DE ÁUDIO NA PARTE FRONTAL. 9.6. POSSUIR CONEXÃO USB 3.0 NA PARTE FRONTAL. 9.7. BOTÃO DE LIGA/DESLIGA. 9.8. BOTÃO DE RESET. 9.9. POSSUIR INDICADORES DE FUNCIONAMENTO DO COMPUTADOR. 9.10. CHASSI CONFECCIONADO EM AÇO. 10. ACESSÓRIOS INCLUÍDOS 10.1. TECLADO: COR PRETA, CONEXÃO USB, PADRÃO ABNT2 E CABO DE 1,5M DE COMPRIMENTO. 10.2. MOUSE: COR PRETA, TIPO ÓPTICO, CONEXÃO USB, RESOLUÇÃO DE 1000 DPI E CABO DE 1,5M DE COMPRIMENTO. 10.3. CABO DE FORÇA TRIPOLAR NO PADRÃO NBR14136. 10.4. ACOMPANHAR MOUSEPAD. 11. COMPATIBILIDADE, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA 11.1. O CONJUNTO É COMPATÍVEL ENTRE SEUS DIVERSOS COMPONENTES DE HARDWARES E SOFTWARES. 11.2. DEVE SER ENTREGUE COM SISTEMA OPERACIONAL E DEMAIS DRIVERS DEDISPOSITIVOS INSTALADOS. 11.3. O SISTEMA OPERACIONAL DEVE SER INSTALADO NO ARMAZENAMENTO DE ESTADO SÓLIDO. 11.4. DEVE SER ENTREGUE COM A SUÍTE OFFICE INSTALADA E LICENCIADA. 11.5.					
12	Pente De Memória Capacidade Memória: 8 GB, Tipo: Ddr4 , Velocidade Barramento: 3.200 MHZ, Aplicação: Microcomputador MEMORIA DDR3 4GB1600MHZ	486657	UNID.	5	R\$ 110,00	R\$ 550,00
13	Pente De Memória Capacidade Memória: 8 GB, Tipo: Ddr3 , Velocidade Barramento: 1.866 MHZ, Padrão: Sdram , Aplicação: Informática MEMORIA DDR4 4GB2133MHZ	479240	UNID.	5	R\$ 120,00	R\$ 600,00
14	Placa Mãe Componentes: Chipset Intel- H310m-E , Aplicação: Intel Lga1151 , Tipo Portas: 4 Portas Sata 6gb/S , Tipo Conectores: 1x Pcie 3.0/2.0 X16, 2x Pcie 3.0/2.0, 1 Slot M.2 , Memória Expansão: Ddr4 GB, Características Adicionais: 9ª Geração Coffee Lake, Usb 3.1, Litografia: 14 Nm PLACA MAE 1151 DDR4 8ª / 9ª GER Chipset Intel H310 /B365 CPU socket suporta 8th generation coffee lake LGA1151 Core™ i7 Core™ i5 / Core™ i3 processadores Suporta de Memória Dual Channel DDR4 2133/2400/2600/2866MHz Dimm 2 x slots de memória (Max. up to 16GB each) SATA 3 X SATA3.0, 1 X M.2 LAN Realtek 10M/100/1000Mbps Áudio 3 x 3.5mm Exibição 1 X VGA, 1 X H-D-M-I Porta de Expansão USB 2X USB2.0 pinheader suporta adicional 4 USB 2.0 portas, 1 X USB3.0 pinheader suporta adicional 2xUSB 3.0portas, 2*USB3.0 I/O Interface ;2?USB2.0 I/O Interface Fator de Forma M-ATX 19.6x17cm Power 24+8	612469	UNID.	5	R\$ 448,00	R\$ 2.240,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	Outra Interface 1 x PS/2, 1 x RJ45, 1 X M.2, suporta SATA/PCI-E PCI-E 1 X PCI Express x16.					
15	<p>Processador Tipo: Lga 1200 , Velocidade Processamento: 2.9 GHz, Modelo: Intel Core i5-10400 , Características Adicionais: Gráfico Uhd Integrado , Barramento: Turbo Boost 4.3 Ghz PROC 1200 i3 10100 CORE 3.60 (4.3GHZ MAX TURBO) 6MB 10ª GER Características Marca: Intel Modelo: BX8070110100. Especificações Litografia: 14 nm; Soquetes suportados: FCLGA1200; Configuração máxima da CPU: 1; Especificação de solução térmica: PCG 2015C. Atuação Núcleos: 4; Threads: 8 , Frequência: Baseada em processador 3.60 GHz.</p> <p>Frequência turbo máxima: 4,30 GHz; Cache: 6 MB Intel Smart Cache; Velocidade do barramento: 8 GT/s; TDP: 65 W. Memória Tamanho máximo de memória (dependendo do tipo de memória): 128GB. Tipos de Memória: DDR4-2666 Número máximo de canais de memória: 2. Largura de banda máxima da memória: 41,6 GB/s. Gráficos do Processador Gráficos do processador: Intel UHD Graphics 630. Frequência: baseada em gráficos 350 MHz. Frequência dinâmica máxima de gráficos: 1.10 GHz. Memória gráfica de vídeo máximo de 64GB. Suporte 4K: 60Hz. Resolução máxima (HDMI 1.4): 4096x2160 @ 30Hz. Resolução máxima (DP): 4096x2304 a 60Hz;. Resolução máxima (eDP Tela plana integrada): 4096x2304 a 60Hz; Suporte ao DirectX*: 12; Suporte ao OpenGL*: 4.5; Vídeo de sincronização rápida Intel; Tecnologia Intel InTru 3D; Tecnologia Intel® Clear Video HD; Tecnologia Intel Clear Video; No de monitores suportados: 3. Opções de expansão Escalabilidade: 1S Only; Revisão do PCI Express: 3.0; Configurações PCI Express: Até 1x16, 2x8, 1x8 + 2x4; No máximo de pistas PCI Express: 16. Tecnologias avançadas Memória Intel Optane suportada; Tecnologia Intel Turbo Boost; Tecnologia Intel Hyper-Threading; Tecnologia de virtualização Intel® (VT-x); Tecnologia de virtualização Intel para E; S direcionada (VT-d); Intel VT-x com tabelas de páginas estendidas (EPT); Intel 64; Conjunto de instruções: 64 bits; Extensões do conjunto de instruções: Intel SSE4.1, Intel SSE4.2, Intel AVX2; Tecnologia Intel SpeedStep aprimorada, Tecnologias de monitoramento térmico; Tecnologia de proteção de identidade Intel. Conteúdo da embalagem Processador Intel Core i3-10100.</p>	607893	UNID.	3	R\$ 965,00	R\$ 2.895,00
16	<p>Disco Rígido Removível Capacidade Memória: 2 TB., Interface: Usb 3.0 , Características Adicionais: Externo SSD 2 TB</p> <p>Tecnologia de conectividade USB</p> <p>Características especiais Compact</p> <p>Descrição do disco rígido Unidade de estado sólido</p> <p>Dispositivos compatíveis Notebook</p> <p>Usos específicos do produto Pessoal, Multimídia, Negócios</p> <p>Velocidade de leitura 520 Megabytes Per Second</p> <p>Tamanho do cache 2</p>	486471	UNID.	3	R\$ 998,00	R\$ 2.994,00
17	<p>Fonte Alimentação Tipo: Chaveada , Tensão Alimentação: 110 / 220 V, Modelo: Atx , Aplicação: Microcomputador , Frequência Nominal: 60 HZ, Potência Nominal: 500</p> <p>Especificações: - Potência: 500W Nominal - Pinos: Placa Mãe 20+4 pinos (450mm) / P8(4+4 pinos)(550mm)/ Pinos (6+2) (550mm) / Pinos Pata+Sata+Sata (550mm+150+150) / Pinos Pata+Sata+Sata (550mm+150+150) - Tensão Entrada: 115/230V (Manual) - Frequência: 50Hz-60Hz - Ventiladores: 12cm - Dimensões: 140 x 150 x 86mm</p>	617030	UNID.	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
18	<p>Equipamento Wireless Taxa Transmissão: 300 MBPS, Frequência: 2.400 - 2.483,50 MHZ, Características Adicionais: 3 Antenas Omni 3dbi, Access Point, Repetidor, Bridge , Tipo: Repetidora Equipamento Wireless Taxa Transmissão: 300 MBPS, Frequência: 2.400 - 2.483,50 MHZ, Características Adicionais: 3 Antenas Omni</p>	404260	UNID.	1	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	3dbi,Access Point,Repetidor,Bridge , Tipo: Repetidora					
19	Roteador Rádio Operação: Na Banda De 2,4 Ghz , Velocidade: Até 108 MBPS, Padrão: Iee802.11b E Iee802.11g , Aplicação: Interligação De Redes , Características Adicionais: Funções: Acesso Point, Router, Cliente E Bridge Marca: Mikrotik – Modelo: RB3011UiAS- RM – Arquitetura ARM 32 bits – CPU IPQ-8064 – Núcleos de CPU 2 – Frequência nominal da CPU 1,4 GHz – Dimensões 443 x 92 x 44 mm – Licença RouterOS 5 – Sistema operacional RouterOS – Tamanho da RAM 1 GB – Tamanho de armazenamento 128 MB – Tipo de armazenamento NAND – Portas Ethernet 10/100/1000 10	357888	UNID.	1	R\$ 1,780,00	R\$ 1.780,00
20	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc - Cloreto De Polivinila Anti-Chama , Material Condutor: Cobre Rígido , Tipo Condutor: Trançado , Tipo Cabo: 4 Pares , Cor: Azul , Categoria: 5e , Aplicação: Camera Cftv Cat5 Cabo Rede 4p Cat.5 305m Cx categoria CAT.5e, Homologado pela ANATEL. 8 vias de cobre 24 AWG Frequência de operação: até 100 MHz Impedância 100 Ohms Classificação rente à chama CMX 70°C Condutores sólidos de cobre Capa isolante em PVC.	605494	UNID.	1	R\$ 610,00	R\$ 610,00
21	Impressora Multifuncional Tipo Impressão: Jato TintaResolução Impressão: Preto 1200 X 1200, Cor 4800 X 1200 DPI Tensão Alimentação: Bivolt VResolução Scanner: 1.200 X 1.200 DPI Características Adicionais: Tanque De Tinta Conectividade: Usb E Wifi	473179	UNID.	1	R\$ 1.310,00	R\$ 1.310,00
22	Bateria Recarregável Tipo: Selada Tamanho: Grande Modelo: 12vdcVida Útil: 10 Anos Duração Carga: 12 H Aplicação: Equipamento Informática Uso: Nobreak Frequência: 2,4 GHZ Tensão Nominal: 12 V Peso: 0,97 KG	621627	UNID.	12	R\$ 162,30	R\$ 1.974,60
VALOR TOTAL : R\$ 48.176,98						

1.2. Da natureza do objeto:

1.2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. Do estudo técnico preliminar: Não há estudo técnico preliminar para esta contratação, uma vez que, o documento é facultativo na hipótese de aquisições realizadas por dispensa de licitação baseada no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Justificativa da necessidade e problema a ser resolvido:

Para a Secretaria de Desenvolvimento Social, a administração pública precisa adquirir equipamentos de informática que atendam às demandas operacionais e administrativas do setor. Esses equipamentos são essenciais para garantir o bom funcionamento dos sistemas de gestão, o atendimento ao público, e a execução de programas sociais e serviços oferecidos à população, especialmente em áreas como assistência social, cadastro de benefícios e monitoramento de ações de políticas públicas. Salienta-se ainda que alguns *softwares* não conseguem ser executados em maquinário antigo, que é o caso dos equipamentos atuais que, encontram-se obsoletos e com problemas de desempenho, o que prejudica a produtividade e o atendimento aos cidadãos.

Os equipamentos que serão adquiridos pela pretensa contratação irão atender as demandas da Proteção básica, em especial da vigilância social, CRAS, CREAS, SCFV e bem como o Programa Bolsa Família.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A aquisição deverá incluir computadores, monitores, impressoras, além de outros periféricos necessários para melhorar a infraestrutura tecnológica e otimizar o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Maragogipe/BA

Portanto, se faz necessária a aquisição de equipamentos de informática visando suprir as necessidades da Secretaria De Desenvolvimento Social De Maragogipe/Ba de modo a promover um melhor desempenho na prestação dos serviços aos cidadãos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. 3.1. A descrição da solução como um todo, compreende **AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA COM O OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MARAGOJIPE/BA**, visando suprir as necessidades da Secretaria De Desenvolvimento Social De Maragogipe/Ba

3.2. A aquisição objeto deste Termo de Referência não requer outras contratações para sua execução, tendo em vista que, são de baixa complexidade e fáceis de serem encontrados no mercado.

3.3. Considerando o exposto no item 3.1, a aquisição do item previsto neste Termo de Referência será mediante contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, conforme previsto no art. 72 e 75 da Lei 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3. Dada a natureza da aquisição, que trata de **AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA COM O OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MARAGOJIPE/BA**

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.4.1. Quanto aos critérios de sustentabilidade socioambiental, é fundamental que as contratações de serviços públicos considerem aspectos relacionados à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento social e à promoção da sustentabilidade. A adoção desses critérios contribui para a construção de um futuro mais sustentável e consciente, além de trazer benefícios para a sociedade como um todo. Alguns aspectos relevantes a serem considerados para a contratação:

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias da emissão da ordem de fornecimento;

5.1.2. A CONTRATADA deverá entregar os produtos nas Secretarias Municipais requisitantes.

5.1.3. Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, e transportes necessários para a entrega dos produtos.

5.1.4. Os produtos deverão seguir as especificações constante da planilha do Item 01 deste Termo, elaborada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Local e horário de entrega dos produtos

5.2. Os produtos poderão ser entregues das 08 às 12 horas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Maragogipe, conforme ordem de fornecimento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. Caso seja solicitado, a Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início do fornecimento dos produtos, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.11. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.;

6.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Durante a vigência do contrato, o fornecimento será acompanhada e fiscalizada, em todos os seus termos, pela comissão de acompanhamento e fiscalização da CONTRATANTE, ou servidor designado para esse fim representando a CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

6.18.2. O representante da CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento, determinando o que for necessário à regulamentação das faltas ou defeitos observados;

6.18.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto ocorrerá conforme previsto no neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, do mês subsequente ao fornecimento dos produtos, após aprovação pelo setor competente;

7.2.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Tesouraria, Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Rua Geny de Moraes, 26 - Centro, nesta cidade, a nota fiscal e/ou



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

fatura do(s) material(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Maragogipe e conter o número do empenho correspondente;

7.2.3. Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) material(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, na forma da Lei; e Prova de Regularidade Relativa à Seguridade Social (CND/INSS) mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei.

b) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários, na forma da Lei. A mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.ba.gov.br, no caso das licitantes com sede no Estado da Bahia;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários (ISS), na forma da Lei.

d) Prova de Regularidade perante ao FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei. A mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR) (Lei 12.240/2011), bem como a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, da Justiça do Trabalho, obrigatória a partir de 4 de janeiro de 2012. A mesma poderá ser retirada no site: www.trt.gov.br;

7.2.4. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

7.2.5. O CNPJ da futura contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

7.2.6. Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, a Contratada apresentará a medição prévia dos produtos fornecidos no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4. Os produtos fornecidos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelo fiscal, mediante termos produtos fornecidos, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação do fornecimento dos produtos a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.4.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos produtos fornecidos em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos produtos entregues prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos entregues.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.14. Caso seja apresentado documentos com validade vencida, a contratada deverá ser notificada para regularização. E caso queira a contratada deverá apresentar defesa sobre a pendência de regularidade.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão que gerou a pendência.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Dispensa de Licitação em razão o valor, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de entrega, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que apresentar a melhor proposta deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço unitário e global, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

8.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.12. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 48.176,98 (Quarenta e oito mil, cento e setenta e seis reais e noventa e oito centavos) conforme custos unitários do Grupo 01 deste Termo.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.039 - Manutencao das Ações da Secretaria Municipal de Acao Social

3.3.90.30.00 - Material de Consumo

1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.053 - Manut. das Ações do Bloco Proteção Social Básica - PSB (PAIF CRAS/ PBF/ PBV/ SCFV)

3.3.90.30.00 - Material de Consumo

1660 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Maragogipe – Bahia, 05 de novembro de 2024.

ROZAMEIRE SANTANA DE JESUS
Secretária de Desenvolvimento Social